



Besteiros do Conto na Região do Douro Vinhateiro *

M a r i a F e r n a n d a M . F e r r e i r a S a n t o s * *

Durante vários anos fomos recolhendo documentos em Arquivos e Bibliotecas nacionais. Encontrámos referências aos besteiros do conto nos livros de Chancelaria Régia do período medieval (até D. Manuel), nos livros da Leitura Nova, nas Gavetas, nos Forais Antigos, na Colecção Especial, no Corpo Cronológico e nas colecções de Côrtes e Suplemento de Côrtes, tudo isto no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.).

A Biblioteca Nacional, o Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa, os arquivos do Porto, Braga, Évora, Coimbra e Aveiro foram também visitados e aí colhemos alguma documentação, ainda que em número bastante reduzido comparado com o que pudemos recolher no Arquivo Nacional.

Nestas buscas a decepção acompanhou-nos por vezes, na medida em que sentimos que, entre os vários fólhos lidos e transcritos, terão existido outros que foram desaparecendo ao longo dos séculos, alguns deles nunca chegando a estar arquivados.

Dos documentos mais procurados e nunca, nunca, achados, encontram-se os Livros dos Anadéis, fonte que reputamos de grande valor e importância pelos registos que aí eram efectuados de tudo o que se relacionava com nomeações, substituições, aposentações e falecimentos de besteiros do conto. Eles existiram porque deles se fala, mas com o decorrer dos anos e séculos foram desaparecendo.

* Trabalho apresentado no 2º Encontro Internacional – História da Vinha e do Vinho em Outubro de 2004.

** Docente do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Para além da documentação manuscrita, também existe outro tipo de documentos, já impressos, que nos fornecem mais elementos sobre os besteiros. São eles as *Crónicas* e as *Ordenações*, quer as de *D. Duarte*, quer as *Afonsinas*, e principalmente estas, no Livro I, título LXIX, pp. 428-447.

Convém, também, agora, fazer um breve ponto da situação relativa a trabalhos que têm vindo a ser elaborados sobre os besteiros do conto.

Podemos começar por referir:

- Alexandre Herculano que, em 11 de Novembro de 1837, publicou em *O Panorama, Jornal Literário e Instructivo*, nas pp. 217-220, um artigo sobre "Milícia da Idade Média", onde este historiador escreve sobre besteiros do conto;
- Henrique da Gama Barros, na *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2ª edição, Lisboa, Sá da Costa, fala deles nos vols. IV (pp. 209-215) e V (pp. 232-254);
- Vitoriano José César, com "Organização Militar", in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. II, 1929, Barcelos, Portucalense Editora, pp. 525-551;
- Gastão de Mello de Matos, com os artigos "Besteiros" e "Armamento", in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. I, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1971;
- Humberto Baquero Moreno em *Privilégios concedidos pelo infante D. Pedro aos besteiros do conto (1440-1446)*, separata da Revista "Bracara Augusta", tomo XXXI, Braga, 1977 e *Organização Militar em Portugal nos séculos XIV e XV*, separata da "Revista da Faculdade de Letras - História", II série, vol. III, Porto, 1991, pp. 29-41;
- A. H. De Oliveira Marques em "A Arte da Guerra", in *Nova História de Portugal*, vol. IV, "Portugal na Crise dos séculos XIV e XV", Lisboa, Presença, 1987;
- Maria da Conceição Falcão Ferreira num artigo intitulado *Os Besteiros do Conto em Guimarães na Centúria de Trezentos*, separata do vol. III da "Revista de Ciências Históricas", Porto, Universidade Portucalense Infante Dom Henrique, 1988, pp. 183-216;
- Em 1997, nós apresentámos um trabalho nas "IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval" intitulado *A organização dos besteiros do conto ao longo da fronteira na Idade Média*;
- João Gouveia Monteiro em *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998, pp. 58-71;
- O Catálogo da exposição *Pera Guerrejar. Armamento Medieval no Espaço Português*, Palmela, Câmara Municipal de Palmela, 2000, com coordenação científica de Mário Jorge Barroca e João Gouveia Monteiro;



- Os trabalhos de Miguel Gomes Martins, "Os besteiros do conto de Lisboa: de 1325 aos inícios do séc. XV", in *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 1, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997 e *Lisboa e a Guerra 1367-1411*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001;
- E para finalizar esta breve referência a trabalhos específicos sobre besteiros do conto, não queríamos deixar de apontar o vol. I da *Nova História Militar de Portugal*, direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, com coordenação de José Mattoso e autoria de Mário Jorge Barroca, Luís Miguel Duarte e João Gouveia Monteiro, publicado em Lisboa, pelo Círculo de Leitores, em 2003.

Depois desta introdução, falemos de besteiros do conto, ou seja, de homens que usavam besta de polé e que se encontravam em todo o reino, vivendo em concelhos e julgados. Do conto, porque tinha sido estabelecido por autoridade régia que, em cada localidade, deveria existir um certo número de besteiros.

Podemos afirmar que, em Portugal, na Idade Média, a grande organização militar, ao nível dos concelhos, era efectivamente constituída por besteiros do conto.

Desconhecemos o momento exacto em que os besteiros receberam uma organização militar regular. Não encontrámos nenhum documento que, sobre esta questão, nos desse uma resposta concludente.

Besteiros existiram desde o Condado Portucalense. Há documentos que atestam esta realidade. Mas como instituição perfeitamente organizada? Quando aparece? Talvez com D. Dinis (finais do século XIII ou início do século XIV)¹, mas terá sido com seu filho Afonso IV² e com o neto, Pedro I³, que esta milícia concelhia se torna definitiva e se implanta por todo o território nacional. Sabemos que a sua extinção terá lugar em 1498, nas Côrtes de Lisboa, no reinado de D. Manuel. Nota importante a realçar é a dependência dos besteiros do conto ao poder central-real. Esta milícia responde ao apelo do Rei, e só do Rei.

Mas hoje não nos encontramos aqui para fazer a história dos besteiros do conto, mas sim para analisar a sua presença, já como instituição militar perfeitamente organizada no Reino de Portugal e em especial em zonas pertencentes às Comarcas de Trás-os-Montes e da Beira, numa zona onde mais tarde surgirá a região demarcada do Douro.

¹ Documento de 12 de Junho de 1322 (Chancelaria de D. Dinis, L.3, fl. 142v.): D. Dinis faz uma mercê aos besteiros da vila, castelo e termo de Guimarães, "que quiserem seer do conto".

² A prova mais remota alusiva à presença de besteiros do conto nas vilas do Reino encontra-se no artigo 32 das Côrtes de Santarém de 1331, cortes convocadas por Afonso IV.

³ Nas Côrtes de Elvas de 1361 (D. Pedro) fala-se também de besteiros e do seu número.

O estudo do quantitativo dos besteiros do conto tem como base um rol inserido nas *Ordenações Afonsinas*, no Livro I, título LXIX, entre as páginas 438-447.⁴

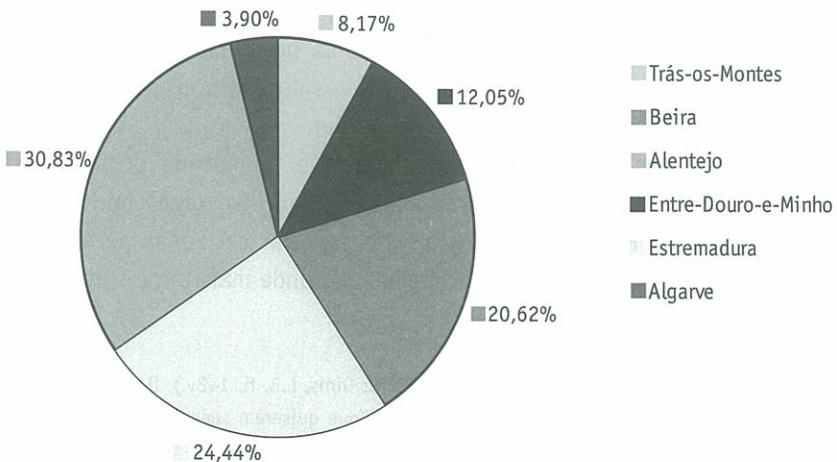
Partindo deste rol elaborado no reinado de D. João I, já quando o infante D. Duarte se encontrava associado ao governo, talvez em 1421-22, verificamos que a distribuição de besteiros do conto se processou tendo em conta a divisão administrativa do Reino em cinco comarcas. Assim, muito rapidamente, vejamos os valores por comarca, como a respectiva percentagem:

Comarcas	Número de besteiros	Percentagem
Trás-os-Montes	400	8,17%
Entre-Douro-e-Minho	590	12,05%
Beira	1010	20,62%
Estremadura	1197	24,44%
Entre-Tejo-e-Guadiana	1701	34,73%
Total	4898	100,00%

O somatório dos besteiros do conto é igual a 4898. O objectivo seria o de constituir uma milícia com 5000 elementos (*Ordenações de D. Dinis*).

Se considerarmos, em vez de cinco, a existência de seis comarcas, constatamos que ao Alentejo cabia o maior número de besteiros do conto, com 1510 elementos, enquanto que o Algarve apenas teria de contribuir com 191, o que representa, em

Besteiros do conto (rol de 1422)



⁴ *Ordenações Afonsinas*, Livro 1. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.



termos percentuais, um valor de 30,82% para aquela comarca, e um valor de 3,90%, o menor de todos eles, para esta.

O cumprimento das determinações régias quanto ao número de besteiros que deveriam existir em cada localidade nem sempre foi efectivado.

Esta realidade é constatada, amiúde, em Capítulos especiais de Côrtes. Os procuradores dos concelhos queixam-se ao rei de que não podem cumprir o que a Ordenação determina por falta de “gentes”. E porquê? Despovoamento? Diminuição da população, devido a maus anos agrícolas, fomes, epidemias, guerras? Sim. É uma das explicações. O abaixamento demográfico é uma realidade em determinados períodos da nossa história medieval. Mas seria só esta a razão?

Esta questão da falta de homens para preencher o número estipulado pela determinação régia foi assunto que nos inquietou. Que outra razão haveria para este não-cumprimento?

Para responder a esta questão, lemos e transcrevemos alguns milhares de cartas régias de privilégios, concedidas a elementos da classe popular, que, entre outros, os isentavam de ser besteiros do conto.

A análise destas cartas veio responder à nossa questão. Os nossos monarcas, de D. João I a D. Manuel, a pedido das mais variadas pessoas, de todos os níveis sociais, concederam, a muitos homens, a isenção da bestaria do conto. Daí a não-existência de homens que pudessem vir a ser besteiros.

Nestas cartas nota-se, não apenas a solidariedade horizontal dos monarcas ao atenderem os pedidos de privilégios por membros da nobreza e do clero, mas também uma solidariedade vertical, pois muitos desses pedidos vêm de gente da casa real, gente do povo que trabalhava directamente para o Rei.

Também é importante referir a recusa de alguns em ser besteiro. Apercebemo-nos que aquele homem que podia ser recrutado como besteiro do conto, na maior parte das vezes, não o queria ser. E mais uma vez uma interrogação. Porquê? Que motivos o levariam a tentar escusar-se?

Por falta de privilégios não seria, porque os nossos monarcas, desde que a bestaria do conto foi instituída, presentearam esses homens com um conjunto de privilégios, privilégios gerais a ser aplicados aos besteiros do Reino. Então porquê a escusa?

Talvez pela obrigação de ter as bestas prontas e operacionais, o que poderia implicar uma despesa adicional bastante onerosa para o besteiro? Talvez. Ou talvez ainda por não querer perder tempo em ir, semanalmente, ao alardo, por não querer levar presos e dinheiros, e assim abandonar os seus afazeres, quer no campo dos vários ofícios que estes homens desempenhavam quer, algumas vezes, nos trabalhos agrícolas que prestavam.

<i>Comarca de Trás-os-Montes</i>	<i>Número de besteiros</i>
Vila Real	30 besteiros
Penaguião	12 besteiros
O Julgado do Peso	6 besteiros
O couto de Pinhão	2 besteiros
Favaios	5 besteiros
O Julgado de Murça	10 besteiros
Mirandela	7 besteiros
Lamas de Orelhão	2 besteiros
O Julgado da Alfandega	10 besteiros
Vila Flor	20 besteiros
O Julgado de Vilarinho	20 besteiros
O Julgado de Freixiel e Vila Boa	2 besteiros
O Julgado de Ansiães	25 besteiros
Torre de Moncorvo	20 besteiros
Castelo de Mós	2 besteiros
Freixo de Espada à Cinta	10 besteiros
Total	183 besteiros

Mas como estamos num Congresso em que se analisam questões ligadas à região do Douro, vamos então referir a presença de besteiros do conto, desde Resende até à fronteira. Onde havia besteiros? Quantos eram? Que percentagens ocupavam na respectiva comarca?

Começemos pela Comarca de Trás-os-Montes. Do rol de besteiros de D. João I, e para a região do Douro Vinhateiro, encontramos as seguintes localidades:

Da comarca da Beira e coincidindo também com a futura região demarcada do Douro, temos conforme o rol de D. João I, as seguintes localidades:

<i>Comarca da Beira</i>	<i>Número de besteiros</i>
O couto de Resende	4 besteiros
A cidade de Lamego	26 besteiros



O Julgado de Ferreiros	4 besteiros
Valdigem	4 besteiros
Fontelo	4 besteiros
Vila Seca	2 besteiros
Armamar	10 besteiros
S. João da Pesqueira	15 besteiros
O Julgado de Numão	12 besteiros
O Julgado da Meda	10 besteiros
O Julgado de Muxagata	10 besteiros
Castelo Melhor e Almendra	8 besteiros
Castelo Rodrigo	20 besteiros
O couto de Sande	4 besteiros
Total	133 besteiros

Conclusões:

Dos 400 besteiros do conto que a Comarca de Trás-os-Montes tinha, vemos que 183 (ou seja uma percentagem de 45,75%) se encontram na região do Douro vinhateiro.

Dos 1010 besteiros do conto que a Comarca da Beira tinha, verificamos que 133 (uma percentagem de 13,168%) se localizam nesta região do Douro.

A maior concentração de localidades com besteiros situa-se pois entre Vila Real e Lamego, a zona provavelmente mais densamente povoada. Na fronteira, apenas algumas localidades que, com os seus besteiros, assegurariam a defesa da fronteira.

Fazer relacionar o número de besteiros com o número de habitantes tem sido uma prática corrente ao longo dos tempos.

Durante a nossa investigação não conseguimos um único documento (e vimos milhares) que nos permitisse inferir uma relação entre habitantes e besteiros. É provável que, para certos casos, os monarcas tivessem estipulado o número de besteiros em proporção aos habitantes da localidade. Noutros casos, e especificamente nas zonas raianas, não terá estado na mente dos governantes a proporcionalidade entre habitantes e besteiros, mas sim a preocupação de essas zonas estarem bem defendidas e daí o número elevado de besteiros que deveriam existir.

